Jornal UFG

Impresso Especial
9912229887-DR/GO
UFG
CORREIOS

PUBLICAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – ANO VI – Nº 47 – JULHO – 2011

SBPC discute o Cerrado

Foto: Carlos Siqueira

O segundo maior bioma brasileiro, berço das águas de importantes bacias hidrográficas, ainda não recebeu da Nação, onde ocupa lugar central, a devida atenção. O Cerrado não é considerado área de Proteção Nacional. Como resultado da expansão agropecuária, a degradação ambiental pelo desmatamento indiscriminado é muito preocupante. Outras formas de exploração também ocorrem atualmente, mas com o apoio da ciência e da tecnologia, inicia-se, ainda que a passos lentos, ações de preservação do bioma, integradas pelo monitoramento, pela pesquisa, pela fiscalização. O assunto está em pauta, da UFG para o Brasil, com a realização da 63a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cujo tema central é "Cerrado: água, alimento e energia". De 10 a 15 de julho, no Câmpus Samambaia, com diversificada programação aberta à toda comunidade.

*A planta em destaque é o Pau-papel ou Papiro (*Tibouchina papyrus *(Pohl) Toledo), espécie de pequeno porte característica da formação rupestre. É considerada árvore símbolo de Goiás, sendo encontrada apenas em Goiás e Tocantins. Ocorre na Serra Dourada (GO) e na Serra Natividade (TO).*

UFG 50 ANOS
CONHECIMENTO SEMPRE PRESENTE

EDITORIAL

63ª Reunião Anual da SBPC

Após nove anos, UFG sedia novamente o evento

De 10 a 15 de julho, a Universidade Federal de Goiás (UFG) recebe pesquisadores, professores, estudantes, técnicos, gestores públicos e profissionais de todo o país para a 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Considerado o maior evento científico da América Latina em número de atividades, a Reunião da SBPC configura-se como um encontro singular da comunidade científica para a atualização de resultados de pesquisas.

Na oportunidade, os olhos investigadores dos pesquisadores brasileiros estarão voltados para as riquezas do Centro-Oeste e para as demandas ambientais e sociais da região. Universidades, institutos de pesquisa, agências financiadoras, entre outras organizações, participarão, com suas produções, de um momento especial de reflexão acerca da educação, da pesquisa e da inovação, que possibilita parcerias, além de refletir com seus resultados, na melhoria da qualidade de vida da população.

A motivação de toda a comunidade acadêmica da UFG é assegurada pela oportunidade de novamente receber um evento desse porte (em 2002 a UFG sediou a 54ª Reunião da SBPC), que abre espaço para discussões sobre o tema "Cerrado: água, alimento e energia," de grande relevância para pesquisadores regionais e nacionais, bem como para a sociedade em geral, que se beneficia das contribuições de um acontecimento dessa natureza para o desenvolvimento da região.

O Cerrado brasileiro estende-se pela região central do Brasil, ocupando uma área de mais de dois milhões de quilômetros quadrados. Abriga nascentes de rios e quatro importantes bacias: do Tocantins, do Araguaia, do Paraná e do São Francisco, sendo considerada área de recarga nacional. Guarda precioso patrimônio de recursos naturais, que inclui no mínimo 5% de toda a biodiversidade mundial. Entremeia-se ao Pantanal no sentido leste-oeste, compartilhando com ele muitos elementos faunísticos e constitui a formação mais representativa (36,4%) da vegetação daquele bioma.

No que concerne ao potencial econômico, o Cerrado é um dos mais importantes corredores produtivos da economia brasileira, sendo considerado fronteira agrícola mundial. Boa parte dos produtos agrícolas que engordam a pauta brasileira de exportação vem do Cerrado.

Em comparação aos outros biomas brasileiros, a conservação do bioma Cerrado começou a ser discutida, um tanto tardiamente, apenas em anos recentes. Não obstante o grande número de estudos já realizados sobre o Cerrado brasileiro, a extensa e acelerada transformação que vem sofrendo o bioma e que pode vir a acarretar perdas irreparáveis da sua biodiversidade, agrava a urgência de novos estudos visando ao conhecimento relativo do bioma e às suas riquezas, bem como sua utilização sustentável.

Conciliar o uso da biodiversidade do Cerrado com sustentabilidade implica o desenvolvimento sustentável da agricultura. Considerando-se o cenário de inequívoca pressão sobre o bioma, faz-se deveras urgente e necessário um trabalho integrado de estudos e pesquisas na perspectiva de construção de uma visão mais sistêmica e abrangente, que possibilite apontar soluções e definir políticas públicas inovadoras, consistentes e sustentáveis para os problemas sociais, econômicos e políticos da região. Esta edição do Jornal UFG é especialmente dedicada ao tema central da 63ª Reunião Anual da SBPC, oportunidade de mostrar parte do potencial das atividades de pesquisa, ensino e extensão dos especialistas da UFG, relacionadas ao bioma.

Silvana Coleta - Coordenadora de Imprensa da UFG

CÂMPUS EM FOCO

Professor Dourado organiza livro sobre o PNE

Luiz Dourado (ao centro) autografa ao lado dos demais professores da Faculdade de Educação que participam da edição

O livro Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas, organizado pelo professor Luiz Fernandes Dourado, da Faculdade de Educação da UFG, foi lançado em Goiânia, no dia 2 de junho, pela Editora da UFG. A obra é resultado de intensa pesquisa desenvolvida nos últimos três anos, envolvendo especialistas das Universidades Federais de Goiás (UFG), de Minas Gerais (UFMG), de Pernambuco (UFPE), de Brasília (UnB) e do Instituto Federal de Goiás (IFG). Trata-se de um esforço conjunto realizado pelo grupo, que havia participado do processo de avaliação preliminiar do Plano Nacional de Educação (PNE), a partir da qual, abriu-se uma ampla discussão entre o Ministério da Educação e especialistas das áreas de gestão, educação e estatística sobre a atualização dos indicadores educacionais relativos às metas do PNE, além de analisar o projeto de lei (PL nº 8.035/2010) que tramita no Congresso Nacional para apreciação e aprovação do PNE 2011-2020. "Todos nós abraçamos esse projeto com vontade e garra no sentido de contribuir com o novo PNE", afirmou Luiz Dourado.

Para o reitor Edward Madureira Brasil, o livro é uma análise crítica do PNE, desde a sua criação, uma obra de referência para a educação brasileira, já que permite ampliar e qualificar o debate sobre o projeto de lei do PNE. "É responsabilidade da universidade e da sociedade participarem da construção dessa nova proposta, para que realmente se torne um plano de Estado capaz de expressar a participação da sociedade brasileira nos rumos da educação", afirmou o reitor da UFG.

Greve dos servidores mobiliza categoria

Os servidores técnico- administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) estão em greve nacional deste o dia 6 de junho. Na UFG, a paralisação foi aprovada em assembleia da categoria no dia 8. Até o fechamento desta edição, o movimento já havia ganhado a adesão de 45 Ifes. Em Goiânia, sob a liderança do SINT-IFESgo, os servidores tem cumprido calendário de atividades que inclui assembleias regulares, idas à Brasília, às unidades da instituição, bem como a ação de comitês para atividades específicas. A primeira marcha à Brasília (16/6) reuniu mais de seis mil pessoas, inclusive servidores de outros órgãos públicos. As lideranças têm avaliado o movimento como positivo e aguardam resposta dos Ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOP) depois de audiência em que foi entregue a pauta de reivindicações dos servidores. Para saber mais, acesse: www.sint-ifesgo.org.br ou www.fasubra.org.br

Jornal UFG

Publicação da Assessoria de Comunicação
Universidade Federal de Goiás
ANO VI – Nº 47 – JULHO 2011

ASCOM – Reitoria da UFG – Câmpus Samambaia
C.P.: 131 – CEP 74001-970 – Goiânia – GO
Tel.: (62) 3521-1310 /3521-1311 – Fax: (62) 3521-1169
www.ufg.br – imprensa@reitoria.ufg.br – www.ascom.ufg.br

Universidade – Reitor: Edward Madureira Brasil; **Vice-reitor:** Eriberto Francisco Bevilaqua Marin; **Pró-reitora de Graduação:** Sandramara Matias Chaves; **Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:** Divina das Dores de Paula Cardoso; **Pró-reitor de Extensão e Cultura:** Anselmo Pessoa Neto; **Pró-reitor de Administração e Finanças:** Orlando Afonso Valle do Amaral; **Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos:** Jeblin Antônio Abraão; **Pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária:** Ernando Melo Filizzola.

Jornal UFG – Coordenadora de imprensa e editora-geral: Silvana Coleta Santos Pereira; **Editora:** Silvânia de Cássia Lima; **Editora-assistente:** Michele Ferreira Martins; **Conselho editorial:** Angelita Pereira, Goiamérico Felício Santos, Ivan Torres Nicolau de Campos, Maria das Graças Monteiro Castro, Silvana Coleta, Venerando Ribeiro de Campos, Célia Sebastiana Silva; **Suplentes:** Valéria Maria Soledade de Almeida, Suely Henrique de Aquino Gomes; **Revisão:** Maria José Soares e Ana Paulo Ribeiro Lopes; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Cleomar Gomes Nogueira e Reuben Lago; **Fotografia:** Carlos Siqueira; **Repórteres:** Kharen Stecca e Patrícia da Veiga Borges; **Colaborador:** Roberto Nunes; **Estagiários:** Tiago Gebrim, Gilmara Roberto, Pollyana Reis, Raniê Solarevisky, Marina Celestino, Illa Rachel (jornalismo), Jaqueline Telis (fotografia) e Ulisses Abreu (ilustração); **Bolsistas:** Pollyanna do Nascimento Lima e Nádilla Cardoso. **Secretário administrativo:** Leonardo Rezio.

Impressão: LL Gráfica e Editora Ltda.

Por uma política de descentralização da Ciência

Michele Martins

Ao lado das cientistas Carolina Bori e Glaci Zancan, a biomédica Helena Nader agora é a terceira mulher eleita para a presidência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Como vice-presidente na gestão de 2009-2011 ela assumiu o cargo desde fevereiro deste ano, em razão do licenciamento de Marco Antonio Raupp, que passou a dirigir a Agência Espacial Brasileira. Em entrevista ao Jornal UFG ela fala sobre as principais preocupações que nortearão os seus trabalhos enquanto estiver à frente da SBPC até julho de 2013. Confira.

Quais as principais propostas de trabalho estabelecidas para esta gestão ?

As diretrizes desta gestão serão traçadas em conjunto com os novos membros da diretoria, que tomarão posse no dia 14 de julho, durante a 63ª Reunião Anual da SBPC, em Goiânia, na UFG. Como cientista e presidente da entidade, posso dizer o que considero fundamental para o desenvolvimento da ciência no país as metas e diretrizes traçadas na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2010, em Brasília, com o objetivo de nortear as políticas públicas na área para os próximos 10 anos. Portanto, a SBPC irá acompanhar a realização desses objetivos estabelecidos pela comunidade. Continuaremos lutando por uma educação de qualidade, em todos os níveis. Afinal, educação é um direito de todos, é a base para uma sociedade mais justa. Sem educação não se tem cidadania, e sem educação não há ciência. Vamos permanecer na luta pelo estabelecimento de marcos legais que consideramos importantes para o avanço da ciência e da educação, como aqueles voltados para a contratação de pessoal, de compra de material, do acesso ao patrimônio genético nacional, e do sistema Comitê de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP). Dialogar com Advocacia-Geral da União (AGU), com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU), para melhorar as relações desses com as instituições de pesquisa, tecnologia e inovação, incluindo as universidades, mostrando as dificuldades do sistema brasileiro para atingir os níveis mais altos, internacionais, de ciência e pesquisa frente às legislações ora vigentes. Devemos ainda lutar pelo direito das famílias que assim o desejarem da interrupção da gravidez de anencéfalos.

Um dos desafios no Brasil é descentralizar a distribuição geográfica da produção científica. A senhora considera que as políticas públicas de financiamento de pesquisas têm contemplado essa necessidade?

Sim, já estão surtindo efeito, mas é necessário dar continuidade a essa política de forma que mestres e doutores se fixem em regiões onde há carência de pesquisadores. É necessário manter permanentemente uma política de atração de pesquisadores em regiões onde se quer criar novos pólos de ciência e tecnologia.

Intensificar a participação feminina na ciência brasileira ainda é outro importante desafio?

O número de mulheres na ciência brasileira já não é mais um problema. De acordo com um estudo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), desde 2004, as mulheres deixaram de ser a minoria, quando 4.085 delas concluíram o doutorado contra 3.991 do sexo oposto. Em 2008, 51,5% das mulheres foram tituladas, enquanto 48,5% dos homens receberam o mesmo título. No entanto, a mulher ainda é minoria nos cargos de chefia – mesmo na ciência. Então, temos ainda uma questão de gênero na área científica. É importante mencionar que enquanto houve um avanço em relação às questões de gênero, o mesmo não aconteceu com as questões de cor e raça. A ciência no Brasil não reflete a cor ou a raça da maioria da população brasileira.

A SBPC mantém alguma relação com entidades científicas semelhantes na América Latina? Há a intenção de promover a aproximação das comunidades científicas latinas em torno de um propósito em comum?

Sim, a SBPC é membro da Interciência – entidade que congrega as sociedades científicas das Américas. Também estamos nos aproximando da American Association for the Advancement of Science (AAAS), uma entidade congênere dos Estados Unidos. No ano passado, realizamos um evento conjunto com a Interciencia, em Manaus (AM), no qual foram apontadas recomendações para fazer da região amazônica uma prioridade nacional e internacional em educação, ciência, tecnologia e inovação. Já neste ano tivemos uma reunião com integrantes da AAAS em que foi discutida uma agenda de cooperação. Uma delas é a possibilidade de se traduzir e adaptar publicações voltadas para a "alfabetização" da população em ciência e tecnologia.

Quando falta até o básico

Acesso à água e problemas de saneamento ainda são a realidade de alguns países, que buscam soluções para esses problemas

Illa Rachel

O acesso a água e aos serviços básicos de saneamento ainda é um problema nos países em desenvolvimento. A situação se agrava mais, ainda, naqueles considerados os mais pobres do mundo, de acordo com critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Haiti, na região caribenha, e 33 outros países africanos.

Apoiando-se na temática do acesso à água potável e ao saneamento, a UFG tem investido em pesquisas e intercâmbio de experiências com outros países com a fim de produzir conhecimento voltado para a melhoria dos sistemas de gestão em recursos hídricos e saúde ambiental. Entre os países que integram essa experiência científica está Cabo Verde, que até 2005 estava incluído no grupo das nações mais pobres do mundo. Pesquisadores da UFG e da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) participam de um projeto de cooperação bi-lateral, financiado pelo Programa Pró-África do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a coordenação da vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia do Meio Ambiente da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da UFG (EEEC), Karla Emmanuela Ribeiro Hora, e do professor Paulo Sérgio Scalize, também da EEEC.

Experiência nas ilhas africanas – Cabo Verde é um conjunto de ilhas localizado a 44 quilômetros da costa ocidental africana. Próximo de um quarto da população encontra-se em estado de pobreza. Para mudar essa realidade, a estratégia adotada pelo país foi atingir as metas fixadas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de busca pela melhoria das condições de vida das populações. Em 2010, o relatório do Programa das Nações Unidas indicou que Cabo Verde passou a integrar o grupo de países com rendimentos médios, do qual faz parte o Brasil. Dados recentes indicam que o país conseguiu reduzir a população mais pobre de 49%, em 1990, para em torno de 24% em 2009.

Segundo o professor Luís Jorge Fernandes, da Uni-CV, a produção de água é feita principalmente por exploração subterrânea e dessalinização e a gestão dos recursos hídricos das ilhas fica a cargo dos municípios, que asseguram o abastecimento das comunidades. A maior parte do acesso à rede de distribuição de água está no meio urbano. Apesar das melhorias, ainda há problemas, como explica o professor: "gestão ineficiente, diferenças no acesso da população do meio urbano e do meio rural, especilamente da população mais pobre".

A melhoria do acesso da população à água potável e ao saneamento foi notável. No caso da água, por exemplo, passou de 42% em 1990 para 85% em 2006, de acordo com Cláudio Furtado, da Uni-CV, quando Cabo Verde optou pela realização do Plano Nacional de Gestão de Recursos Hídricos. "A estimativa é que em 2015, 91% da população tenha acesso à água potável", salienta o professor.

Em relação ao saneamento, estima-se que em 2006, 20% dos municípios do país tinham sistemas públicos de esgoto na zona urbana. Luís Fernandes aponta como principais projetos de saneamento, a construção de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), melhoria no sistema de drenagem das águas pluviais e expansão da rede de água e de esgoto.

Terras brasileiras – A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada em 2008 indicou que 56% dos domicílios brasileiros não possuíam ligação com rede de esgoto; em 2000 este percentual era de 66,5%. Os dados da pesquisa mostram também que 79,9% dos municípios estavam ampliando suas redes de esgoto em 2008, percentual superior aos 58% registrados em 2000. Já em relação a rede de distribuição de água potável, registrou-se que 78,6% do total no Brasil passaram a ter acesso a rede. No entanto tais dados ainda apresentam diferenças regionais. A região Sudeste, por exemplo, apresenta o maior acesso a água potável e coleta de esgoto, enquanto a região Norte apresenta piores indicadores.

Paulo Sérgio Scalize afirma que um dos principais desafios apontados no Brasil está relacionado à gestão. Como reflexo desta dificuldade, Scalize aponta que o Brasil deverá cumprir as Metas fixadas para os ODMs em 2030, quando os serviços de água, esgoto e coleta de resíduos deverão ultrapassar 91% dos domicílios, segundo projeções do Plano Nacional de Saneamento.

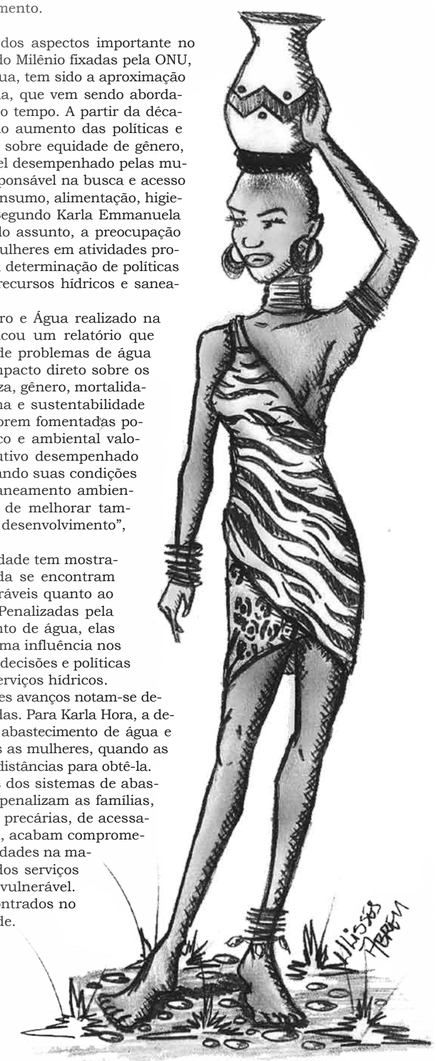
Gênero e a água – Um dos aspectos importante no cumprimento das Metas do Milênio fixadas pela ONU, em termos de acesso à água, tem sido a aproximação da temática gênero e água, que vem sendo abordada há relativamente pouco tempo. A partir da década de 90, como reflexo do aumento das políticas e programas internacionais sobre equidade de gênero, buscou-se analisar o papel desempenhado pelas mulheres como principal responsável na busca e acesso da água voltada para o consumo, alimentação, higiene familiar e produção. Segundo Karla Emmanuela Ribeiro Hora, estudiosa do assunto, a preocupação com a participação das mulheres em atividades produtivas é fundamental na determinação de políticas públicas para gestão de recursos hídricos e saneamento.

O Seminário Gênero e Água realizado na Espanha em 2009 publicou um relatório que aponta que a resolução de problemas de água e saneamento tem um impacto direto sobre os outros ODM, como pobreza, gênero, mortalidade infantil, saúde materna e sustentabilidade ambiental. "Ou seja, se forem fomentadas políticas de apoio econômico e ambiental valorizando o trabalho produtivo desempenhado pelas mulheres e melhorando suas condições de acesso à água e ao saneamento ambiental, haverá mais chance de melhorar também outros índices de desenvolvimento", explica Karla Hora.

No entanto, a realidade tem mostrado que as mulheres ainda se encontram em situações mais vulneráveis quanto ao acesso à água e esgoto. Penalizadas pela deficiência no fornecimento de água, elas exercem pouca ou nenhuma influência nos processos de tomadas de decisões e políticas públicas referentes aos serviços hídricos.

Apesar dos diferentes avanços notam-se demandas ainda não atendidas. Para Karla Hora, a deficiência nos sistemas de abastecimento de água e saneamento penaliza mais as mulheres, quando as obrigam percorrer longas distâncias para obtê-la.

Os custos elevados dos sistemas de abastecimento e saneamento penalizam as famílias, em condições financeiras precárias, de acessarem os serviços ou, ainda, acabam comprometendo as pequenas localidades na manutenção e ampliação dos serviços para o público mais vulnerável. Problemas ainda encontrados no Brasil e em Cabo Verde.



Água, alimento e energia no Cerrado

Estudos atestam a riqueza do Cerrado, contradizendo o estigma de bioma pobre e de que deve ser explorado. Por conta disso, o desmatamento continua sendo a maior ameaça ao segundo maior bioma nacional, berço das águas de grandes bacias hidrográficas, mas que ainda não é oficialmente reconhecido como área de preservação nacional. Fala-se em apenas 30% de área conservada.

Boa parte do território nacional, cerca de 15% é composto pelo cerrado, que se estende especialmente por Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal, e, de maneira esporádica, em mais mais oito estados da nação. Em Goiás, o destaque vai para as quatro bacias hidrográficas, dos rios Araguaia, Tocantins, Paraná e São Francisco, que juntas perfazem uma distribuição *per capta* de mais de 20 mil metros cúbicos de água por habitante, potencial hídrico que só perde para a Amazônia.

Por razões como essas, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) destaca o tema "Cerrado: água, alimento e energia" em sua 63a Reunião Anual que será realizada no Câmpus Samambaia da UFG, em Goiânia. O objetivo é chamar a atenção, especialmente da comunidade científica do país para as questões que ameaçam tão importante bioma.

Da mesma forma, o espaço da mesa-redonda do **Jornal da UFG** é dedicado ao tema. Especialistas da comunidade universitária foram convidados para falar sobre os principais problemas que envolvem a preservação do Cerrado e quais seriam as melhores alternativas para a conservação do mesmo. São eles os professores Marcelo Mendonça, do mestrado em Geografia do Câmpus Catalão, Enes Gonçalves Marra, da Escola de Engenharia Elétrica, Ina de Souza Nogueira, do Instituto de Ciências Biológicas, Rommel Bernardes da Costa, da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos e Manuel Eduardo Ferreira, do Instituto de Estudos Socioambientais e atual coordenador do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig).

Fotos: Jaqueline Teles

Professores Manuel Ferreira, Enes Marra, Ina Nogueira, Rommel da Costa e Marcelo Mendonça, que aceitaram discutir as questões envolvidas no tema da 63a. Reunião Anual da SBPC

Delfino Adorno, Kharen Stecca, Michele Martins e Silvânia Lima

A situação do Cerrado ainda é muito preocupante em termos de degradação ambiental?

Manuel Ferreira – Acredito que sim, sobretudo nesse momento de demandas energéticas, alimentares e de necessidade de conservação ambiental. Nos últimos anos houve uma maior preocupação em relação aos habitats, a questões faunísticas, de flora e à própria sustentabilidade da sociedade, do consumo etc. Acho que ainda é e continuará sendo um tema muito importante para os próximos anos.

Romell Bernardes – O Cerrado tem um potencial imenso de produção. Os agricultores estão se preocupando simplesmente com o aspecto que lhes interessam mais diretamente. Mas, hoje, temos potencial de produção de espécies nativas do Cerrado, ainda inexploradas, tanto na parte medicinal quanto na própria produção sustentável de bioenergia, temos diversas espécies que poderiam ser utilizadas de modo sustentável na agricultura e na pecuária.

Ina de Souza – A situação é bastante preocupante porque como o Cerrado não se encontra dentro daqueles biomas protegidos pela Constituição Federal, ficou destinado a ele uma série de usos e, a meu ver, um dos mais graves é a fragmentação dos recursos hídricos com inúmeras represas, autorizadas e não autorizadas. Essa fragmentação altera bastante a biodiversidade, e tem gerado muitos problemas que vão refletir na saúde humana, principalmente com relaçção ao consumo de água.

Enes Marra – Acredito que sim, para qualquer bioma, na verdade. Pelo modo de vida que a sociedade ocidental adotou. Especialmente falando do Cerrado é uma questão relevante porque nós o encaramos como um mosaico de biomas. Na verdade, a diversidade e a peculiaridade do Cerrado são muito próprias dele, não encontramos isso repetido em nenhum outro bioma. E a pressão sobre esse bioma tem sido muito grande porque há também uma pressão internacional muito forte sobre a região Amazônica e resta, então, o Cerrado como uma grande fronteira de expansão agrícola e energética. Infelizmente, tal fronteira não conta com essa mesma preocupação na mesma intencidade, tanto em nível nacional quanto internacional, embora o Cerrado seja hoje o segundo bioma nacional.

Marcelo Mendonça – Eu também compartilho dessa preocupação e penso que uma questão fundamental é entendermos historicamente como foi o processo de ocupação das áreas de Cerrado. As pesquisas nessas áreas são poucas e muito recentes. Na verdade, nos últimos 50 anos começa a haver um processo avassalador de ocupação racional, do ponto de vista da modernidade, do instrumental técnico que essa modernidade reivindicava como progresso. E, por suas características edafoclimáticas (de solo e clima), as áreas de Cerrado, de certa forma, permitiram essa ocupação acelerada. Algo que talvez não tenha ocorrido na mesma intensidade em outros biomas. Isso é uma especificidade. Por outro lado, houve, também, construtos (percepções) de que seria possível ocorrer isso nas áreas do Cerrado, sem que houvesse resistência. Eu me lembro bem de uma fala do professor Aziz Ab'Saber, dizendo que foi nos anos 60 que tinhamos de escolher se nós preservávamos a Amazônia ou entregávamos o Cerrado para essa lógica da modernização da agricultura centrada na produção de *commodities*, que é o que estamos assistindo nos últimos tempos. E isso nos preocupa muito porque o processo de degradação e os efeitos dela são enormes. Muitos de nós pesquisadores sequer vamos ter condições de dar conta disso, até porque, há a ausência, uma pouca participação do poder público, especialmente no que tange ao fomento das pesquisas que têm sido realizadas nas áreas do Cerrado. Grande parte dos editais ainda secundarizam as pesquisas tanto aqui do Cerrado quanto da Caatinga, como se fossem biomas menores. Talvez isso tenha relação direta, com já mencionado, com o fato desses dois biomas ainda não serem considerados patrimônio nacional. Entre outros, os Pampas também estão fora dessa nomenclatura. É mais preocupante ainda, nos últimos tempos, com as políticas de aceleração econômica, o PAC, a expansão do setor sucroalcooleiro, a expansão do capital barrageiro, pois tudo isto está centrado nas áreas do Cerrado. Isso demanda mais pesquisas e um cuidado com o sentido dos estudos que temos efetuado.

Enes Marra

De acordo com o monitoramento do Lapig, nos últimos anos temos conseguido conter o desmatamento no Cerrado?

Manuel Ferreira - Muitas áreas propícias para a agricultura já foram ocupadas, as melhores áreas. O que temos observado, nos últimos anos, é que, de fato, o desmatamento

vem decaindo, as taxas estão cada vez menores e se mantendo agora em patamares mais estáveis. Nós temos dados que indicam em torno de 4 mil km² a 5 mil km² por ano no Cerrado. Número esse que já chegou próximo a 10 mil km², ou seja já tivemos taxas em torno de 1% de desmatamento, hoje estamos falando de taxas em torno de 0.4%, 0.5% de desmatamento, o que ainda é muito significativo. Temos hoje no Cerrado uma área convertida de aproximadamente um milhão de km². É uma área muito grande se formos fazer uma comparação com alguns países da Europa, são alguns países que cabem dentro dessa área. Então é uma área muito grande que já foi desmatada e a taxa de 5 mil km²/ano é ainda elevada. Mas ela tem decaído, até o último registro que nós fizemos, do ano de 2009 para 2010, a taxa ficou em torno de 3 mil km².

Na verdade, já há uma área muito extensa ocupada, e essas já estão tendo um valor mais agregado, em intensificação agrícola, tecnologia. Isso em parte tem conseguindo evitar a expansão para novas áreas de Cerrado. Parte da expansão agrícola tem se dirigido para áreas de pastagens, em que geralmente o relevo possui características que propiciam a grande produção. Então, temos áreas de pastagens pouco produtivas que podem receber a expansão agrícola. Há ainda um terceiro ponto favorável que é a tecnologia. A tecnologia de monitoramento tem propiciado um acompanhamento melhor das áreas recém desmatadas, assim como aquelas que já foram incorporadas, há um controle. O nosso código florestal não está sendo respeitado como deveria ser, mas, certamente nós temos hoje um ensejo maior para fiscalização, temos uma tecnologia para acompanhamento e acreditamos, também, que a própria sociedade está mais atenta a isso e acompanhando com mais informações.

Uma pesquisa nacional mostrou que o Cerrado está invadindo outros biomas, seja pelo seu próprio desmatamento, seja pelo desmatamento dos biomas limítrofes a ele, como a Amazônia. Como funciona esse processo chamado de savanização?

Enes Marra - Essa é uma visão pobre a respeito do assunto, desse processo chamado de savanização. É como se o Cerrado fosse uma coisa menor. Estamos transformando um bioma rico num bioma pobre porque, na verdade, o Cerrado é um bioma muito rico, muito diverso, como falei, ele é um mosaico de biomas. Não podemos classificá-lo como uma coisa única. Assim, esse processo não é como uma desertificação. Trata-se de uma preocupação maior, do que se tratássemos isso como a expansão da fronteira agrícola e a transformação em pastos. Pasto não é Cerrado. Para o homem que ocupou essa região e viu o sertão ser transformado em pasto, ele faz uma equivalência entre pasto e Cerrado, o que não é verdade. Então, essa é uma visão pobre do assunto.

Ina de Souza – Se observarmos a história geológica da Terra, houve momentos em que a Floresta Amazônica foi Cerrado, momentos em que o Cerrado regrediu e tornou-se Floresta Amazônica e dentro dela há manchas de Cerrado presas, o que é impressionante, pois você sai da floresta e dá de cara com o Cerrado. Essa dinâmica de um ocupar o espaço do outro ao longo das eras era muito comum. Só que, hoje em dia, o homem está acelerando esse processo, influenciando fortemente na questão do desmatamento,

Rommel da Costa

está muito ligado às políticas públicas, a planos diretores de municípios que não respeitam algumas condições do sistema, planos de organização de áreas rurais, entre outros. Ainda perpassamos pelo problema do código florestal cuja previsão é que continue agredindo muito o Cerrado.

A impressão que se tem é que o Cerrado é quase um sub-bioma, abaixo dos demais biomas. Não é isso?

Ina de Souza – O Cerrado paga muito caro pelo fato das plantas não serem muito exuberantes. As pessoas não gostam, acham que aquilo é um mato. Não tem uma história de vida para contemplar esse bioma, então quando se compara as características desse bioma com a Mata Atlântica, com Floresta Amazônica, vêm que nestas as plantas são mais exuberantes. Por desconhecimento, as pessoas são capazes de denegrir as plantas do Cerrado que têm um potencial de adaptação fantástico em solos extremamente pobres e cheios de substâncias onde outras plantas não sobreviveriam. Aí criá-se esse estigma sobre o Cerrado, pela aparência das plantas.

Marcelo Mendonça – A ideia de Cerrado para além do bioma e de tudo que ela compõe, também é uma construção. É uma abstração. Eu aprendi na escola, há muito tempo, e lembro bem dos exemplos que eram citados. Uma paisagem rica e exuberante, como citado pela professora Ina, eram as áreas florestadas e na página seguinte aparecia o Cerrado, com árvores tortuosas, casca grossa etc. Houve uma construção histórica que perpassa por políticas públicas, mas também pelo imaginário social que se constituiu sobre a idéia de Cerrado: região de vegetação pobre que devia ser retirada para que, no seu lugar, fossem colocadas outras coisas: a pastagem; mais recentemente, a soja e a cana. Infelizmente essa compreensão ainda perdura. É como se fosse um primo pobre, um bioma menos importante entre aqueles que compõem o território brasileiro. Há um debate que não necessariamente o Cerrado é uma savana, não se equivale com a savana africana. Falar de savanização é uma simplificação de tudo o que contém nesse bioma, das riquezas naturais, das diversas espécies de fauna e flora. E o que vemos hoje é o avanço da fronteira agrícola em outros biomas. Esse processo precisa ser justificado do ponto de vista ideológico, econômico. Se elabora constructos (formulação de ideias) para dizer que as áreas de Cerrado não necessariamente são importantes.

Que características contribuíram para que se formasse no Cerrado o que chamamos de Berço das Águas, uma concentração de nascentes que formam diversas bacias?

Manuel Ferreira – O Cerrado se apresenta em uma região de altitude maior. É uma região central, de altitude mais elevada o que acaba favorecendo essa característica de ser uma grande área formadora de bacias hidrográficas do país. Temos outros aspectos ligados ao substrato rochoso, o solo que propicia uma percolação (processo de filtragem) melhor das águas das chuvas e que de certa forma vão acumular e correr para os lençóis freáticos e contribuir para a formação das bacias hidrográficas, mas certamente um dos fatores é o relevo.

Ina de Souza – Quero só chamar a atenção para as veredas, solos hidromórficos do Cerrado, vão se ligando, entremeando e vão formar córregos que depois formam os grandes rios. São nas veredas que encontramos os buritizais, ótimos em elevar áreas do lençol freático e em formar nascentes. Por lei as veredas não podem ser mexidas. Mas, infelizmente, há áreas em que não se respeitou isso, por exemplo, em Goiânia, a cidade praticamente acabou com as veredas. Esses solos a gente praticamente só encontra no Cerrado.

Enes Marra – Essa denominação é importante em função de ter muitas nascentes de bacias de nosso país: na bacia amazônica, por exemplo, há muitas nascentes no Cerrado da região Centro-Oeste. Embora Cerrado não seja só região Centro-Oeste, pois há Cerrado no Maranhão, Piauí, Acre, ele está presente em todas as regiões do país, com exceção da região Sul. Mas é o bioma predominante da região Centro-Oeste e aqui está a maior parte das nascentes das bacias do Amazônas, Araguaia/Tocantins, São Francisco, Paraná e Paraguai.

Ina Nogueira

Justamente pela questão da altitude, do solo cristalino e do regime de chuvas propício, pois são regulares. Essa regularidade forma a capacidade de recarga das bacias hidrográficas. Devemos nos preocupar em saber como essa água é tratada na região, pois dependendo do que fazemos com ela aqui, ela pode não chegar nas bacias.

Como é a legislação dos recursos hídricos que concerne ao Cerrado?

Ina de Souza – Vou comentar sobre duas legislações federais. Uma é a Resolução do Ministério do Meio Ambiente/ Conama nº357 que tem dificuldade de implantação. Ela faz o enquadramento das características dos rios, bem como o uso da água com determinadas características. É uma coisa que precisa ser colocada em prática, não nos preocupamos muito com ela, em especial quando se vai fazer instalação de empresas, instalação de estação de esgoto. Temos que voltar o olhar para este tipo de legislação. A outra é a portaria de portabilidade nº 518, do Ministério da Saúde, que informa as características ideais para a água de consumo humano. Nós vamos enfrentar uma série de problemas, pois como o Ministério da Saúde cobra com mais incidência, ela é mais executada. Essa portaria visa o básico para que tenhamos qualidade ambiental, para que a água chegue até nós sem agrotóxicos, toxinas de algas ou microorganismos contaminantes. Esses processos de péssima qualidade de água tem muito a ver com o mal uso dos recursos hídricos, o desmatamento desenfreado, fragmentação desses recursos sem obedecer determinadas normas e isso chega passivamente a casa da gente, se não houver o controle sobre isso. Muitas vezes somos consumidores passivos de doenças que vem por meio da água mal tratada e isso leva a grandes problemas. Temos a questão das cianobactérias (microorganismos que produzem substâncias tóxicas na água). Quando o ambiente está fragmentado, as águas estão paradas e são pegas para abastecimento, esses microorganismos produzem toxinas que paralisam cérebro, rins, que dão câncer a longo prazo, que decompõem o fígado e a gente recebe passivamente porque é quase impossível tirar essas toxinas da água por meio do tratamento convencional, mas é possível termos o planejamento do uso dos recursos hídricos.

Nos últimos anos tem crescido o número de hidrelétricas em Goiás. Até que ponto esse é o caminho para desenvolver o setor elétrico e como podemos evitar os problemas decorrentes dessa expansão?

Enes Marra – A questão elétrica é bem complexa. Temos que analisar o custo benefício. Poderíamos dizer que as hidrelétricas de planalto, que são as que temos na nossa região, e as hidrelétricas da região sudeste são as que têm a característica ideal para produzir energia elétrica, pois precisa-se apenas de duas coisas: vazão e altura e queda d´água. Quando se tem muita queda não é preciso muita vazão e quando se tem muita vazão não é preciso muita queda. Os rios dessa região e do Sudeste comportam hidrelétricas com boa potência instalada sem a necessidade de um reservatório muito grande, pois temos desníveis muito grandes e isso permite que tenhamos reservatórios pequenos, para se manter uma baixa vazão. Além disso, o maior desenvolvimento industrial está nas regiões

Sul, Sudeste e Centro-Oeste o que reduz o custo da transmissão de energia elétrica. Se você comparar os reservatórios de Tucuruí e de Itaipu, o de Tucuruí é muitas vezes maior para produzir a metade da potência e naturalmente o impacto ambiental é maior. As pequenas centrais hidrelétricas têm impactos mais reduzidos, mais localizados, porque trabalham em regime de fio d´água com pequenos reservatórios. Mas não existe nenhuma forma de produzir energia que deixe de produzir impactos e a hidrelétrica tem uma série de vantagens ambientais, como baixa emissão de carbono (CO^2), ausência de resíduos radioativos ou de nitritos na atmosfera etc, de forma que o planejamento do setor elétrico nacional sempre leva em conta a utilização de hidrelétricas. Atualmente, existe um esforço nacional para a criação de aerogeradores, usinas eólicas de energia, mas essa é uma tecnologia que ainda esbarra em limitações técnicas bastante significativas, embora tenha evoluído. Apesar, disso, é importante manter esse tipo de investimento.

Manuel Ferreira – Apesar de termos um número maior de pequenas centrais hidrelétricas, acredito que tenha havido, na mesma proporção, o cuidado em realizar estudos de impacto ambiental para essas instalações. Goiás, por exemplo, conduz hoje o Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas, que é obrigatório antes dos estudos de relatórios de impactos ambientais. O objetivo é integrar todas as áreas do conhecimento, como as de diversidade ecológica, solos, geologia, infraestrutura, socioeconomia, para indicar áreas com maior ou menor sensibilidade ambiental, áreas que teriam realmente grande perda tanto para a biodiversidade quanto para questões socioeconômicas se instaladas essas pequenas centrais hidrelétricas. Isso tem sido importante para a melhor orientação sobre a instalação das mesmas.

Quais as técnicas de plantio ou manejo de solo são mais indicadas para conciliar agricultura e sustentabilidade?

Rommel Bernardes – Hoje se trabalha nas áreas agricultáveis do país, em boa parte, com o plantio direto. O Plantio Direto minimiza o efeito de erodibilidade (capacidade de erosão) dos minerais do solo e evita o processo erosivo. Técnicas de levantamento de terraços também têm propiciado essa conciliação. O problema é que, movidos pela força da expansão de área agrícola, nem todos se lembram de recorrer a essas técnicas e entram com processos antigos, como a agricultura convencional, que tem no assoreamento de barragens um dos seus problemas. O agricultor deveria contratar um técnico específico para fazer um levantamento topográfico da área e evitar esses problemas. Vivemos hoje, no Brasil, a grande expansão agrícola da cana-de-açúcar, que há alguns anos era vilã. Têm adotado o plantio em cima de palha, como cobertura, e utilizá-se o plantio direto para a cana. Assim, aquele solo que no início do desenvolvimento da cultura estaria exposto, agora não está mais. Esses são princípios de conservação já adotados há quase 30 anos no Sul do país e que agora está sendo adotado aqui. É a chamada "colheita de cana crua", que evita a queimada e deixa a palha na superfície, o que favorece o melhor desenvolvimento da cultura e preserva as características, físicas, químicas e biológicas.

Marcelo Mendonça – Essa é uma questão que precisamos tratar com maior den-

Manuel Ferreira

sidade. Hoje dados dizem que de 60% a 70% da produção agrícola sai do Cerrado. A última safra se aproximou de 160 milhões de toneladas de grãos. O dado demonstra os desafios a respeito do uso das áreas de Cerrado de forma sustentável. A questão da sustentabilidade precisa sair do discurso e se efetivar na prática. Ao constatarmos que nas áreas de pastagens há menos de um boi por hectare em Goiás em média, isso é algo assustador, pois significa maior possibilidade de aumento da quantidade de bois por hectare. As vezes, ouvimos pela mídia que é necessário aumentar a fronteira agrícola, como se não houvesse outras formas de uso do solo ou outras práticas espaciais que permitissem a qualidade de vida do sujeito que não fosse a partir do agronegócio. Dados oficiais dizem que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Se 70% da produção de grãos está na área de Cerrado, significa que aqui está o maior consumo desses agrotóxicos. Há questões que perpassam a reflexão do modelo de desenvolvimento e como ele tem se territorializado e também sobre a gestão do território de forma mais sustentável. Não sou contra o agronegócio, mas penso que é preciso cumprir minimamente as legislações. Com relação à produção de alimentos, tem havido em Goiás a discussão de que a expansão do setor sucroalcooleiro não demandaria substituição da produção de alimentos, mas pesquisas têm demonstrado que sim. A cana vai substituindo paulatinamente culturas que estão em áreas mais férteis. É o caso da região centro-sul do estado de Goiás, cujo adensamento populacional é maior e oferece melhor logística. Então essa compreensão de que a cana vai ocupar áreas de pastagens degradadas não é verdadeira. Ela está empurrando o gado e a soja para as áreas de fronteira.

Fala-se muito dos impactos negativos da expansão agrícola, mas quais são os impactos das áreas urbanas no Cerrado?

Manuel Ferreira – As áreas urbanas na região do Cerrado ainda são de número pouco expressivo. Se formos olhar no quantitativo de áreas convertidas para agricultura e pastagens, se assemelha muito a áreas como de atividades de mineração por exemplo. Mas as áreas urbanas necessitam de uma atenção importante, porque acabam atraindo uma comunidade que vivia na região agrícola e isso cria uma demanda excessiva por recursos, como energia, água, solo, trazendo problemas para as áreas urbanas. Há também a questão de criação de pólos, tanto de atração para o comércio, para conurbação entre cidades, o que pode impactar o meio ambiente. Mas não acredito que esse seja hoje o principal problema para o bioma Cerrado. Há boas cidades no interior que, se forem bem conduzidas em seu planejamento, poderiam receber melhor infraestrutura e desafogar a demanda imensa dos grandes centros, como Goiânia, Brasília e outras cidades grandes. No nosso caso, refiro-me a cidades como Uberaba e Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Poderíamos explorar outras cidades, trazendo mais qualidade de vida para elas e reter a população nessas regiões. Para isso é preciso um trabalho melhor de gestão da região.

Ina de Souza – O Rio Meia Ponte é o rio da história de Goiás, temos hoje em torno dele 40 municípios do qual Goiânia é o município maior. Um dos principais problemas que enfrentamos em relação a esse rio é a descaracterização total, que vem desde processos históricos, até processos mais recentes, como a ocupação de cabeceiras e fundos de vales que antigamente se justificava pelo pouco conhecimento da lei mas que não mais se justifica. Um dos grandes debates seria a restauração das características básicas desse rio. Nosso reitor abarcou essa idéia e reuniu um grupo de professores da UFG para que parássemos e pensássemos sobre o rio Meia Ponte. Isso foi fantástico porque o comitê da Bacia do Rio Meia Ponte ficou satisfeito, pois há uma dificuldade enorme de inserir esses temas no debate social, devido a existência de grandes interesses nessa bacia, haja visto o crescimento atual de loteamentos em Goiânia. Surgem loteamentos em áreas sem razão de ser e muitas dessas áreas localizam-se próximas à UFG. O perigo resite no comprometimento já experimentado do aporte de água no rio Meia

Marcelo Mendonça

Ponte. Durante a seca, temos exemplos de 25 bairros sofrendo com o mal cheiro ocasionado pelo rio, porque simplesmente o local onde deveria ir água no Rio Meia Ponte foram drenados e construídos prédios. É moradia, é emprego, mas não se pensa a longo prazo que vai haver problemas de abastecimento de água. Nós não vivemos sem água, precisamos dela, para isso é preciso pensar como utilizá-la. O Meia Ponte é um exemplo de rio do Cerrado que historicamente vem sofrendo e, mais recentemente, com esse crescimento assustador de Goiânia, com migrações fortes de várias áreas do país para cá, proporcionando essa pressão por loteamentos. Isso não ocorre só em Goiânia, mas em cidades do interior do estado, como Jataí e Rio Verde que estão crescendo e também sofrem fortes impactos em seus recursos hídricos, e o único comitê de bacias que existe no estado de Goiás é o do Rio Meia Ponte. E eu estou nele há 8 anos. Aí podemos ter uma noção do quão é difícil lutar pelo resgate desse rio. Precisamos resgatar e saber tratar melhor essas questões. Precisamos pensar melhor nos planos diretores dessas cidades, sob pena de não podermos depois usar a água desses rios.

Marcelo Mendonça – No que se refere especificamente à expansão urbana, Goiás deixou de ser um estado agrário e hoje ocupa uma das maiores taxas de urbanização do país. Hoje nós somos a segunda maior taxa de urbanização do país e com uma concentração de pobres no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e não é a toa que essa região apresenta um dos maiores índices de violência do mundo. Esse processo não pode estar dissociado da compreensão desses problemas urbanos do modelo de desenvolvimento que tem ocorrido no campo de uma forma geral. As coisas estão interligadas. Não sei se nós conseguimos fazer com que parte dessa população conte com ações de inclusão, renda, trabalho que contribuam para que os pequenos em médios produtores possam se manter na terra, porque os que estão fora, nas áreas urbanas, dificilmente vão retornar à terra, o que demandaria recursos vultuosos para tentar garantir capacitação e condições mínimas de subsistência. É necessário que haja políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar. Grande parte da produção de alimentos sai desses agricultores que não têm recebido a mesma atenção dispensada aos grandes produtores de *commodities*, por exemplo. Isso coloca em pauta a questão da reforma agrária, mas não para assentar trabalhadores pobres e abandoná-los à própria sorte, até porque a reforma agrária precisa ser regionalizada. Cada bioma, cada território tem suas condições próprias que precisam ser respeitadas. É necessário potencializar ações junto aos pequenos e médios produtores, pecuaristas tradicionais que não têm condições de melhorar suas terras, como forma de fazê-los permanecer nelas com condições dignas, potencializando sua produção e evitando que os problemas urbanos sejam piorados.

Veja mais trechos desta entrevista em: www.jornalufgonline.ufg.br

Livros didáticos

silenciam a representação do negro na sociedade

Pesquisa realizada em Jataí mostra que, apesar de haver melhorias, o material didático ainda precisa avançar na promoção da igualdade racial

Kharen Stecca

A imagem dos negros nos livros e materiais didáticos até pouco tempo atrás ainda estava associada aos momentos históricos da abolição da escravatura e a estereótipos que negativavam esses povos tão importantes na formação brasileira. Os povos indígenas também sofriam com os estereótipos. Na década de 1980, com a organização do movimento negro, iniciou-se a discussão dessa imagem e a cobrança de que ela fosse alterada. Mas somente a partir da década de 1990 começaram a ser implementadas leis que proibiram a discriminação racial e determinaram a produção de material didático que discutisse o problema de forma a evitá-lo. A lei n. 9.459, de 1997, estabelece punições para crimes relacionados com a discriminação e a Lei n.10.639, de 2003, incentiva a produção de material que discuta etnia e raça por meio de material didático.

Para perceber como os livros didáticos vêm se adequando à lei, o professor Silvio da Silva, do curso de Letras do Câmpus Jataí, orientou uma pesquisa de iniciação científica com a estudante Karla Cardoso Costa Lima sobre os livros didáticos de Português utilizados em 2010 na rede pública de ensino de Jataí e região. A conclusão é que os livros trazem hoje menos erros e já não apresentam tantos estereótipos em relação ao negro. No entanto, não contribuem com exemplos para a valorização étnico-racial, o que provoca um "branqueamento" do livro didático, de forma silenciosa. O professor apresentou as conclusões de sua pesquisa ao **Jornal UFG** e respondeu a questionamentos sobre como o livro didático pode e deve contribuir para a igualdade racial, trazendo subsídios para que os professores trabalhem o tema em sala de aula.

Arquivo pessoal

Como surgiu a proposta de pesquisar a representação do negro nos livros didáticos?

Sílvio da Silva – Havia já o pressuposto de que a figura social do indivíduo negro não é reconhecida e nem respeitada no livro didático de Português. Com essa atitude, nega-se o fato de que se trata de um grupo étnico portador de uma cultura e de uma identidade singulares, bem como os valores representados pela tradição intelectual africana e sua contribuição cultural. Contou também, para a decisão de estudar esse assunto, a indicação da baixa ocorrência de pesquisas a esse respeito, talvez porque as pessoas acabem por julgar que não existe mais nenhum tipo de preconceito ou discriminação. Infelizmente ainda persiste, não a discriminação desvelada, mas um apagamento da figura social da comunidade negra.

Quais livros foram analisados?

Foram analisadas as coleções Tudo é Linguagem, Textos & Linguagens e Projeto Araribá – Português, avaliadas e aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático. E essas coleções foram escolhidas por serem as mais adotadas nas escolas públicas de Jataí e região, no qual foram consideradas as cidades de Aporé, Cachoeira Alta, Caçu, Caiapônia, Chapadão do Céu, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Serranópolis e Rio Verde.

Como foi feita a análise desses livros?

O que fiz foi uma análise apreciativo-valorativa da forma como as três coleções abordam e representam o negro na divisão temática dos capítulos e unidades, na forma como são propostas as atividades relacionadas aos textos (orais e escritos), bem como nas orientações dadas ao professor no Manual do professor para a abordagem étnico-cultural e, ainda, nas ilustrações e imagens. Para a análise, usei como parâmetro algumas das rubricas (itens) da ficha de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de alguns módulos.

Basicamente, quais são os maiores problemas desses livros no que concerne a essa representação?

Os maiores problemas dizem respeito à relação entre negros e brancos, especialmente nas ilustrações, uma vez que estas mantêm certo padrão de discriminação, baseado na superioridade dos brancos em relação aos negros e indígenas, especialmente. As coleções que analisei mantiveram traços que reforçam a desigualdade no que se refere à proporção de personagens brancas em relação às negras, apresentando tendência a diferenciar o negro, que, em geral, aparece nas ilustrações integrado a situações de miséria social. Foi comum a ideia da condição natural do branco como representante autêntico da espécie, presente em contextos que o valorizaram, em situações de interlocução com leitores brancos, elevando a uma categoria superior a universalização da condição. Um ponto positivo para todas as coleções em observação diz respeito à ausência de vocabulário de cunho racista. Esse "silêncio" tende a construir a igualdade entre os alunos a partir de um ideal de democracia racial, anulando processos discriminatórios.

O senhor fala de omissão da temática na maior parte dos livros. Essa seria uma tática para evitar que o livro fosse barrado na avaliação do MEC?

Exatamente. Após o ano de 1997, em virtude da Lei n. 9.459, que pune crimes resultantes de discriminação, passou a haver ausência de qualquer tipo de tratamento preconceituoso ou discriminatório no livro didático, não só no de Português. Com a instauração do PNLD pelo governo federal, os autores e editores passaram a ter uma preocupação maior com a forma de abordar aspectos relacionados com a cultura e a etnia, uma vez que será eliminada qualquer coleção que apresentar e/ou discutir atitudes preconceituosas e estereotipadas ou desrespeitar os dispositivos legais, entre eles a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A avaliação do MEC pode, em sua opinião, auxiliar ainda mais na mudança de abordagem do livro didático com relação ao negro?

Sim. Conta muito a Lei n. 9.459, mencionada anteriormente. É importante ressaltar que o fato de os autores e editores demonstrarem preocupação com a forma de abordar a etnia, em razão do que determinam a Constituição Federal, essa lei e a avaliação do PNLD, não significa que exista uma abordagem da diversidade étnica e uma valorização de sua importância no processo da construção histórica do Brasil. Olhando superficialmente os livros didáticos disponíveis no mercado, é comum observarmos a existência de uma invisibilidade, ou uma visibilidade subalterna, de diversos grupos sociais, não só os negros, mas também os indígenas e as mulheres.

Que tipo de propostas os livros poderiam fazer para realmente discutir a questão racial na sala de aula? Cite, por favor, alguns exemplos.

Poderiam, por exemplo, trazer mais ilustrações em que os indivíduos negros aparecem. Além disso, seria interessante que, diferentemente do que acontece em regra, esses personagens aparecessem constituindo grupos, multidões, famílias, casais. Quando o livro didático exclui o indivíduo negro, concretiza o ideal da ideologia do branqueamento, apresentando um Brasil de maioria branca, em que o negro aparece como espécie em extinção. A escola deveria ter como uma de suas preocupações a promoção da igualdade. É essencial que haja professores capazes de lidar com essa temática, conscientizando os alunos da diversidade cultural de nossa sociedade, ressaltando a importância de todas as etnias integrantes de nossa História e incentivando o questionamento das relações de poder envolvidas na construção dessa diversidade.

Mesmo com essas ressalvas é possível dizer que melhorou, em comparação a outras épocas, a abordagem do negro nos livros didáticos?

Sim. Pesquisas, feitas no final da década passada, indicam a existência de algumas mudanças no discurso que trata do negro nos livros didáticos publicados na década de 1990, provavelmente em virtude da implantação das avaliações de livros didáticos pelo governo federal e da divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com seus temas transversais. No entanto, essas modificações não significam que passou a haver um melhor tratamento para a questão racial, mesmo porque a figura do negro como pessoa íntegra na sociedade é mínima. Da mesma forma, essas pesquisas não indicam ausência de discurso racista, que coloca o negro em situação de inferioridade em relação ao branco.

Um longo caminho a percorrer

Professoras do Núcleo de Estudos Afrodescendentes acreditam que já houve avanços nos livros didáticos, mas ainda é preciso promover discussões acerca dos problemas raciais nas escolas e investir na formação de professores e gestores

Kharen Stecca

"Hoje temos uma série de leis para nos apoiar, mas ainda é preciso crescer nas discussões sobre a questão racial no Brasil", esta é a opinião da atual coordenadora do Núcleo de Estudos Afrodescencentes da UFG (Neaad) e professora da Faculdade de Educação, Mariana Cunha Pereira. O núcleo, que reúne professores de diversas unidades acadêmicas da UFG, como Instituto de Estudos Socioambientais, a Faculdade de Educação, a Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia e o Câmpus Catalão, tem justamente o objetivo de promover a discussão na universidade e entre outras instituições, implementar ações afirmativas e desenvolver pesquisas que subsidiem a questão.

A imagem utilizada em cartaz sobre processo seletivo da UFG reforça positivamente a diversidade e a abertura da insituição para todos, sejam brancos, negros ou índios

Divulgação

Exemplos de imagens negativas citadas por Silvio da Silva na pesquisa: a figura que reforça o estereótipo de que todo o negro tem cabelo volumoso e uma sala de aula homogênea, quando a sociedade é heterogênea

Para a psicóloga e professora da rede municipal de Goiânia Cecília Maria Vieira, membro do Neaad e mestranda da Faculdade de Educação da UFG, o crescimento do movimento negro pressionou o governo a criar leis que muito auxiliaram na diminuição do preconceito, em especial nas escolas e ela considera que o silenciamento verificado hoje em muitos livros didáticos em relação ao problema racial pode ser interpretado como um ganho: "É mais um passo no processo de conscientização da sociedade", explica a professora. "É um momento de invisibilidade do negro porque, já que não se pode falar algo que possa correr o risco de ser interpretado como discriminação e ainda não se sabe como agir na forma de tratar a questão, opta-se pela invisibilidade, de tal modo que se evite o conflito", completa Mariana.

Ascom/PP

Além dos livros didáticos, Cecília Vieira também ressalta a importância da formação nas escolas para a abordagem do tema. Mais do que formar o professor da ponta, ela considera que é preciso pensar a formação com foco nos gestores, coordenadores e diretores. "Se os gestores não entendem os projetos, eles boicotam as ações dos professores", diz a mestranda, que já vivenciou no trabalho esse tipo de atitude por parte da direção da escola em que trabalhava. Ela reconhece que há hoje muitas leis, mas considera que faltam ainda implementação e mobilização, de forma a estabelecer um diálogo entre escola, professores e estudantes.

UFG se mobiliza para o maior evento científico da América Latina

A expectativa dos organizadores é receber grande público e atrair as atenções para a produção científica local

Michele Martins

Em termos de significação para a sociedade, foi por meio das reuniões anuais que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) estabeleceu uma forma de estreitar os contatos entre cientistas e sociedade. Realizada desde 1948, o evento logo passou a ser um acontecimento de alcance nacional, capaz de reunir praticamente toda a comunidade científica brasileira.

Se a intenção era a de compartilhar o conhecimento, logo nos primeiros anos os fundadores da entidade perceberam o quanto seria importante fazer com que as reuniões anuais se realizassem fora dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde se concentram as maiores comunidades científicas do país. Para defender e promover a ciência produzida em todo o país foi adotada a ideia de definir um tema geral a cada ano. Até hoje as reuniões anuais são realizadas em diferentes cidades do país e elegem um tema geral relacionado com os problemas da região onde é realizada. Este ano, em Goiânia, com o tema "Cerrado: água, alimento e energia", pesquisadores de todo o Brasil estarão discutindo com a sociedade os cuidados e as promessas referentes a esse bioma tão ameaçado.

Com uma programação diversificada - são mais de 140 atividades, entre conferências, simpósios, mesas-redondas, sessões de pôsteres, minicursos, encontros e sessões especiais -, o difícil para o público é escolher o que acompanhar. "Boa parte da programação científica contempla assuntos que mobilizam a sociedade, tais como segurança pública, corrupção, dengue, *crack* e *bullying*. O que é ótimo porque aproxima a ciência do cidadão comum", analisou a presidente da SBPC, Helena Nader. Para o secretário geral da SBPC, Aldo Malavasi, em 63 anos ininterruptos, a entidade cumpre a função de "sempre promover o debate sobre assuntos importantes para a sociedade, o que acaba por constituir-se em uma forma de colocar em cheque as ações políticas do governo".

Para o reitor Edward Madureira Brasil, é uma honra estar novamente ao lado da SBPC na defesa de questões como o cumprimento do orçamento do governo federal previsto para 2011 nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia e da promoção do desenvolvimento sustentável.

Novidades em 2011

De acordo com a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, algumas novidades foram preparadas para a 63ª Reunião Anual, como dar continuidade à atividade "Ciência em Ebulição", na qual cientistas, com visões completamente opostas, debaterão um determinado assunto. Outra novidade são as atividades relativas aos 60 anos de comemoração de existência da Capes e do CNPq, e uma sessão de conferência dos finalistas do Prêmio Petér Muranyi, além da comemoração dos 25 anos da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG). "Já na sessão especial 'Cooperação Brasil-Alemanha' pesquisadores da Alemanha vão apresentar suas pesquisas em áreas que consideram estratégicas e, ainda, um fórum dirigido para representantes de universidades e instituições brasileiras interessados em estabelecer algum tipo de cooperação com as instituições alemãs presentes no evento", acrescentou Helena Nader.

Tema central
Cerrado: água, alimento e energia

Eixos temáticos
O bioma Cerrado
Políticas públicas
Desenvolvimento econômico e social
A vida social e cultural e a ação antrópica sobre o bioma

Jaqueline Teles

Grande estrutura da ExpoT&C foi montada na área localizada entre a Faculdade de Artes Visuais e o Centro de Convivência do Câmpus Samambaia

SBPC na UFG

Depois de nove anos a comunidade universitária da UFG mobiliza-se novamente para a realização da 63ª Reunião Anual da SBPC. A primeira vez que sediou o evento foi no ano de 2002. De acordo com o coordenador da comissão executiva local da 54ª Reunião Anual da SBPC, professor Lázaro Eurípedes Xavier, a maior conquista para a comunidade acadêmica local foi justamente romper com um padrão que, por muitos anos, concentrou a realização das Reuniões Anuais da entidade apenas no circuito Sul-Sudeste-Nordeste. Naquele ano, com o tema "Ciência e Universidade rompendo fronteiras", o evento registrou mais de 11 mil visitantes, o que representou o quinto maior público circulante de todas as edições já realizadas até hoje. "Creio que hoje estamos muito mais preparados tanto em termos de infraestrutura, como em termos de pessoal e de pesquisa científica. Com a ampliação do quadro de professores, há pontos de vista renovados. A universidade está mais inserida na sociedade e esta é a oportunidade de dar maior visibilidade para toda a nossa produção científica" concluiu Lázaro Eurípedes.

Além da visibilidade para a instituição que sedia uma Reunião Anual da SBPC, alguns benefícios de infraestrutura permenecem para a comunidade acadêmica local após o término do evento. Apesar da UFG possuir um centro de eventos moderno e com capacidade para atender cerca de cinco mil pessoas em diferentes atividades simultâneas, foi necessário que a instituição investisse na reforma de dez auditórios localizados em unidades acadêmicas do Câmpus Samambaia para atender a programação científica, cultural e eventos paralelos da 63a. Reunião Anual da SBPC. Segundo o pró-reitor de Administração e Finanças da UFG, Orlando Afonso Valle do Amaral, com recursos próprios da universidade, foram providênciadas melhorias na sinalização das vias de acesso ao Câmpus, bem como das vias internas, e a reforma de auditórios que custaram R$ 300 mil.

De acordo com a coordenadora da Comissão Executiva Local, Gielle Ottoni, a expectativa de visitantes para este grande evento é de 20 mil pessoas. "A fim de prepararmos tudo conforme o cronograma, cerca de 204 pessoas estão envolvidas direta e indiretamente na organização dos preparativos e 350 monitores foram selecionados para auxiliar as atividades durante a reunião", afirmou. Segunda ela, nem mesmo a deflagração de uma greve comprometeu a organização do evento. "O comando local de greve anunciou que todo o envolvimento dos servidores técnico-administrativos nos preparativos da Reunião Anual deve ser mantido para que a realização do evento não seja comprometida" esclareceu Giselle Ottoni.

ExpoT&C

No início de junho uma movimentação em frente ao gramado entre o Centro de Convivência e a Faculdade de Artes Visuais chamou a atenção de quem passava. Trata-se da montagem da estrutura que abrigará os estandes da feira *ExpoT&C*, um dos maiores atrativos das Reuniões Anuais da SBPC. De acordo com a responsável pela *ExpoT&C*, Simone Franco, trata-se de uma mostra de ciência, tecnologia e inovação que reúne centenas de expositores, como universidades, institutos de pesquisa, agências de fomento e entidades governamentais que interagem com o público e apresentam novas tecnologias, produtos e serviços. "Na verdade, essa é uma feira focada na comunidade local, pois os expositores querem interagir com a população que visitará o evento. Por isso, precisávamos de um lugar bem central que propicie a feira permanecer integrada às outras atividades da programação", explicou Simone Franco.

SBPC Cultural

Idealizada para destacar as artes e a cultura regional, a programação cultural é uma forma de integração de todos os que estão fazendo a SBPC acontecer. A coordenadora da subcomissão, Flavia Maria Cruvinel, informou que as atividades artísticas programadas para o evento acontecerão em diversos locais do Câmpus Samambaia e serão abertas para a comunidade gratuitamente. Ela fez questão de ressaltar que a intenção é a de privilegiar os diversos gêneros da cultura local. "Teremos teatro, música, dança, circo e cinema. Ao todo serão cerca de 50 atrações culturais e haverá também espaço para discutir, em conferências e mesas-redondas, as políticas públicas da área cultural", afirmou. Além de exposições e do Festival de Pipas, onde os participantes confeccionarão os seus brinquedos, também ocorrerão sessões especiais no Cine UFG, na Faculdade de Letras, duas vezes ao dia, com entrada franca, sempre às 13h e 18h.

SBPC Jovem

A programação da SBPC Jovem é voltada para estudantes do ensino básico e profissionalizante e busca despertar nos jovens o interesse pelo conhecimento científico e tecnológico, pela cultura, pelas questões ambientais, pelas artes e pela diversidade de manifestações. De acordo com a coordenadora da SBPC Jovem, Sandra de Fátima Oliveira, a programação voltada para as crianças será uma atração à parte. "Apostamos em uma proposta que chame a atenção para a cultura da paz. Todas as atividades estarão concentradas nos pátios da Faculdade de Letras e da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb), onde serão montadas duas tendas: a Paz-Ciência e a Comum-Unidade. Apostamos na diversidade de atividades e nos temas que remetem aos assuntos urgentes, buscando envolver não somente os jovens, mas também os adultos que acompanharão esse público que merece nossa especial atenção", destacou Sandra de Fátima.

Evento simultâneo

O Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão (Conpeex) é promovido anualmente na UFG. Em 2011, ele será realizado simultaneamente à 63ª Reunião Anual da SBPC. A novidade é que só foram aceitas inscrições para apresentação de trabalhos acadêmicos.

De acordo com a coordenadora do evento Giselle Ottoni, a quantidade de resumos enviados superou o registrado em 2010. "Recebemos cerca de 1.900 resumos até o dia 19 de junho que serão avaliados e aprovados por uma comissão julgadora", informou a coordenadora. Esse evento também será gratuito e aberto a toda comunidade.

Os trabalhos apresentados no Conpeex serão publicados nos Anais da 63ª Reunião Anual e os certificados serão emitidos pela SBPC.

Para mais Informações, acesse:
www.sbpcnet.org.br/goiania

UFG 50 ANOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CONHECIMENTO SEMPRE PRESENTE

Fotos: Carlos Siqueira

Novo portal de entrada do Câmpus Jataí

Inaugurada a Cidade Universitária de Jataí

Evento reuniu importantes nomes do cenário político goiano

Marina Celestino

A sessão solene de inauguração da primeira etapa do projeto Cidade Universitária foi realizada juntamente com o anúncio da conclusão das novas obras do Câmpus Jataí. Compareceram ao evento autoridades do município e do estado, além de servidores, estudantes e membros da comunidade jataiense em geral.

Os destaques da inauguração foram o novo portal de entrada do câmpus universitário e a nova avenida Olavo Sérvulo de Lima, principal via interna do câmpus. As duas obras simbolizam o princípio da consolidação do Câmpus Jataí como Cidade Universitária, com planos futuros para a construção de mais quinze prédios ao longo da avenida principal.

O Câmpus da UFG em Jataí tem hoje cerca de três mil alunos matriculados em cursos de todas as áreas, além de cursos de mestrado em Agronomia e Geografia. Também foram inaugurados durante o evento o Centro de Aulas II, o Núcleo de Práticas Corporais, o Laboratório de Produção de Mudas, o Curral Professora Vera Lúcia Banys e o Restaurante Universitário.

Reconhecimento e homenagens

O evento de inauguração das obras no Câmpus Jataí reuniu e homenageou vários membros do cenário político goiano envolvidos com a história da UFG na cidade. O reitor Edward Madureira Brasil entregou placas de homenagem ao ex-governador do estado Maguito Vilela e ao Deputado Federal Leandro Vilela, pelos serviços prestados à UFG, principalmente no município de Jataí. Os dois também foram homenageados com placas entregues pelo prefeito da cidade, Humberto de Freitas Machado, em agradecimento à parceria em prol do desenvolvimento do município.

O prefeito fez o reconhecimento público do papel do ex-reitor da UFG, como principal idealizador da construção do Câmpus em Jataí, sendo dele o nome dado à Cidade Universitária José Cruciano de Lima. Também foi homenageado o senhor Olavo Sérvulo de Lima, doador das terras onde o Câmpus é sediado. É dele o nome da principal avenida da Cidade Universitária. Placas foram entregues à familiares dos homenageados, que falaram do orgulho de ajudar na construção e desenvolvimento do município de Jataí. Os reconhecimentos foram seguidos de discursos emocionados dos homenageados e seus familiares, ressaltando a importância da parceria com a UFG para o desenvolvimento do município e do estado.

Ao findar da solenidade, o reitor Edward Madureira Brasil fez um pronunciamento destacando a contribuição dada por cada dirigente da UFG ao longo dos anos para a consolidação do Câmpus Jataí, também como um centro de pesquisa. Ele falou a respeito das parcerias bem sucedidas com a bancada federal e da sua responsabilidade junto ao governo federal no grande investimento em educação, que tem sido efetuado nos últimos anos e pediu uma mobilização dos congressistas para a aprovação do Plano Nacional de Educação,o PNE, especialmente com relação ao aumento dos recursos destinados à educação de 4,5% para 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Carlos Siqueira

Autoridades descerram placa de inauguração da primeira etapa da Cidade Universitária, em Jataí

FICA: Olhos voltados para Vila Boa

Auditório lotado prestigia abertura da décima terceira edição de Festival de Cinema em Goiás

Divulgação

Illa Rachel

Com a frase "Preservar também é arte", ocorreu na Cidade de Goiás, de 14 a 19 de junho, o 13º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental. Os assentos do cine-teatro São Joaquim não foram suficientes para comportar todas as pessoas que foram acompanhar a abertura oficial do festival, reconhecido internacionalmente.

Ao longo dos anos, o Fica tem sido peça fundamental nas discussões sobre as questões ambientais. Utilizando o cinema como instrumento para introduzir essa temática, o festival tem sido referência, tanto na área cinematográfica quanto na área ambiental, na busca pelo conhecimento da natureza e da biodiversidade.

Para o presidente da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, Gilvane Felipe, a realização do festival é uma oportunidade de extrapolar a rotina, por meio do debate de ideias e reflexões para aquilo que circunda a humanidade, de maneira interdisciplinar, como meio ambiente, cinema e música. "Nosso objetivo é promover educação ambiental e buscar o menor impacto ambiental, através da diminuição do consumo e do desperdício no mundo", explicou o presidente.

O governador do estado de Goiás, Marconi Perillo, considera a décima terceira edição do festival como a prova da consolidação do evento que demonstra a força do compromisso com o meio ambiente, simultaneamente à valorização da cultura goiana e do cinema nacional. "A realização de um festival desse porte na Cidade de Goiás é uma forma de reconhecer um povo que soube preservar sua história, natureza e cultura", enfatiza o governador.

Além da mostra competitiva, a programação do Fica trouxe ainda a Mostra do Cinema Brasileiro, com exibição de produções de Arnaldo Jabour, a mostra infantil Fica Animado, o Fórum Ambiental, além dos cursos e oficinas. Um dos destaques foi a discussão a respeito da situação do Rio Vermelho na Cidade de Goiás, suas enchentes recentes e os danos causados na cidade.

A cerimônia de abertura do XIII Fica prestou homenagem aos pioneiros do Festival, entre eles estava o governador Marconi Perillo, o jornalista Washignton Novaes, o ambientalista Rodrigo Santana, entre outros. O evento terminou com a apresentação cultural do violeiro Almir Pessoa, que juntamente com a Orquestra de Violeiros de Goiás, promovou emoção na platéia com a execução de canções como "Chico Mineiro" e "Menino da Porteira.

Curso foca meio ambiente por inteiro

O curso de Ciências Geoambientais da UFG é pioneiro em Goiás. A graduação vem ao encontro da necessidade de um novo perfil profissional

Tiago Gebrim

A graduação em Ciências Geoambientais foi instituída pela UFG em 2008, e sua primeira turma de estudantes ingressou no início de 2009. Foi um dos cursos criados graças aos recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que "arejou" as instituições federais de ensino superior (Ifes) ao viabilizar a criação de cursos há muito demandados. Pioneiro no estado de Goiás, o curso está vinculado ao Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) e tem caráter multidisciplinar, envolvendo docentes e disciplinas de várias áreas do conhecimento.

Além da possível atuação na docência e pesquisa acadêmicas, o geocientista ambiental tem no mercado um vasto campo de trabalho, uma vez que a procura por profissionais aptos a lidar com o meio ambiente é cada vez maior e abrange áreas diversificadas. Ele poderá atuar em análises de impactos ambientais, na elaboração de políticas públicas de gestão ambiental, em estudos de impactos urbanos e também em agências governamentais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Departamento Nacional de Produção Mineral, entre outros.

Não existe ainda uma regulamentação para a profissão de geocientista ambiental, o que decorre de a profissão ser nova. De acordo com o coordenador do curso, professor Manuel Eduardo Ferreira, a regulamentação e também a definição de um conselho profissional devem ocorrer nos próximos dois anos. Isto porque é preciso, ainda, que as diversas expressões do curso existentes no país definam critérios de padronização como, por exemplo, das grades curriculares e duração do curso. Embora não haja ainda um piso salarial definido, o professor informa que agências como a ANA e a Aneel têm oferecido um salário inicial em torno dos R$ 4 mil.

Fotos: Jaqueline Teles

Estudantes em sala de aula preparam-se para as novas demandas do mercado

Curso interdisciplinar - Nas palavras do professor Manuel Ferreira, "partimos da ideia de que as ciências tradicionais tratam seus objetos de estudo de forma bastante disciplinar, muitas vezes sem relacionar outras áreas do conhecimento, sobretudo com as questões do meio ambiente. Mas o momento pede uma abordagem multidisciplinar.". Assim, o estudante de Ciências Geoambientais se tornará apto a dialogar com os campos das geociências, das ciências biológicas e das humanas, com capacidade para interpretar corretamente os fenômenos físicos e socioambientais. Manuel Ferreira explica que essa graduação é fundamentada com elementos de diversos cursos, como Ecologia, Geologia, Geografia, Cartografia e Engenharia. Além disso, no decorrer dos quatro anos do curso os graduandos terão disciplinas de química, física, direito e matemática.

Apesar de ser uma graduação nova, as Ciências Geoambientais já contam com vários laboratórios próprios, como os de Geologia, Geomorfologia, Processamento de imagens e geoprocessamento. Desde 2008 foram contratados oito novos professores no Iesa, para complementar o quadro docente do curso. Anualmente, 50 vagas são ofertadas para a graduação, que tem duração de quatro anos e é cursada em período integral. "A demanda tem aumentado gradualmente, uma vez que o curso é novo para a maioria dos estudantes do segundo grau, que muitas vezes confundem-no com o de Geologia ou de Engenharia", informa Manuel Ferreira. De acordo com o professor, o graduado no curso poderá ser acolhido em programas de pós-graduação nas áreas de Geografia, Engenharia Ambiental, Ciências Ambientais, entre outras.

Doutorado multidisciplinar em Ciências Ambientais

Retomando a área ambiental e a ênfase multidisciplinar que as formações dessa área solicitam, a UFG oferece, desde dezembro de 2001, um programa de doutorado interdisciplinar em Ciências Ambientais. A pós-graduação visa atender à demanda crescente, principalmente na docência universitária, por profissionais que atuem no campo ambiental com uma visão dinâmica e com formação que lhes possibilite compreender a problemática ambiental em seus diversos contextos.

Diferentemente dos demais programas de pós-graduação da universidade, o doutorado em Ciências Ambientais é multidisciplinar e, por isso, não está vinculado a nenhuma unidade em específico, mas diretamente à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG/UFG). Formulado na convergência de diversas ciências, o curso tem corpo docente lotado em áreas distintas do conhecimento, como sociologia, economia, filosofia, geografia, química, ecologia e física.

De acordo com o coordenador do programa, professor Fausto Miziara, o objetivo do doutorado é estudar a relação homem e natureza, com o foco nos impactos ambientais causados pela ação do Homem. No curso são estudados vários biomas, mas com certeza o tema central, e também o identitário desse doutorado, é o Cerrado. "A nossa localização geográfica implica que dediquemos maior atenção ao Cerrado, é ele quem 'dá a nossa cara'", informa Miziara. Dessa forma, a ênfase do programa está na compreensão do processo de ocupação e de uso do Cerrado, as implicações da incorporação dos processos produtivos da região e os impactos decorrentes dessa ação.

São três as disciplinas obrigatórias: a primeira, Fundamentos Epistemológicos em Interdisciplinariedade, trata justamente da face multidisciplinar do curso a estudantes que, comumente, vieram de áreas estritamente "disciplinares". Além dessa, o estudante passa por introdução em Ciências Ambientais, em que irá começar a dominar o campo tangido por essas ciências. Outra disciplina, Oficinas em Análises Ambientais, põe o pós-graduando em contato direto com a proposta multidisciplinar: ele tem de elaborar um artigo científico de análise, mas seu tema (e também seu orientador) devem pertencer a uma área diferente da de sua formação.

Diferentemente de outros cursos semelhantes no Brasil, afirma Miziara, o programa de doutorado em Ciências Ambientais da UFG tem sua base nas ciências da natureza. Os demais, geralmente, possuem uma base mais dominada pelas ciências humanas. A demanda é constituída, basicamente, por profissionais que almejam a docência e pesquisa universitárias. Entretanto, o mercado de trabalho também absorve esse profissional, sobretudo nas atividades em que são necessárias elaboração de legislações ambientais e a criação de grupos de análises ambientais, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

Fotos: Divulgação

Professores Joarez Ferraz de Maia, coordenador do curso de Jornalismo, Rosana Borges, gerente da TV UFG, Michael Valim, coordenador de Imagem e Magno Medeiros, diretor da Facomb, na mesa diretora da audiência pública que atraiu um número significativo de participantes

Audiência pública sela parceria entre TV UFG e Facomb

Entre as atividades previstas está a edição diária de um telejornal local

A TV UFG, por meio da Fundação RTVE, e a Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb) estão prestes a firmar parceria para a produção de um telejornal local e de outros produtos audiovisuais a serem veiculados na emissora. Uma vez assinado o acordo, os alunos de Comunicação Social poderão participar da produção de programas televisivos inseridos em um projeto de extensão e em disciplinas de prática laboratorial.

A parceria entre a emissora e a faculdade foi discutida em uma audiência pública no dia primeiro de junho. Os professores Magno Medeiros, diretor da Facomb, Juarez Ferraz de Maia, coordenador do curso de Jornalismo, e Rosana Borges, gerente da TV UFG, conduziram o evento. Maia apontou a importância da parceria entre a Facomb e a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (RTVE), detentora da concessão do canal 14 UHF. Para ele, o convênio traz desafios e abre novas oportunidades de aprendizado para os estudantes, especialmente no ensino de Jornalismo Audiovisual.

Gerente da TV UFG e professora da Facomb, Rosana Borges apresentou um breve histórico da luta pela implementação da emissora, cujo canal foi inaugurado em 2009 e agora dá início aos estudos para implementação do seu telejornalismo.

O convênio prevê ainda a criação de disciplinas laboratoriais que integrarão as grades curriculares de todas as habilitações da área de Comunicação Social. Uma dessas disciplinas disporá de 30 vagas e permitirá que os alunos participem da produção de um telejornal que deve ir ao ar em agosto. Alunos, servidores e professores também poderão participar de um projeto de extensão, cujo edital será publicado em breve.

O coordenador de Imagem da TV UFG, Michael Valim, adiantou que o telejornal, previsto para iniciar em agosto, deverá ter 15 minutos e até duas matérias diárias. A proposta é aprofundar os temas abordados, com especialistas convidados. O horário previsto para a exibição é 20h45, antes do Repórter Brasil, transmitido pela TV UFG em parceria com a TV Brasil.

Há uma campanha pela escolha do nome do telejornal, que contará ainda com a participação de movimentos sociais por meio dos Pontos de Cultura. Valim citou também a possibilidade de criação de cursos permanentes de qualificação para os alunos da faculdade. Já o diretor da Facomb, Magno Medeiros, apresentou alguns investimentos realizados na unidade na área de audiovisual, especialmente em televisão. Os participantes da audiência pública puderam fazer perguntas e se mostraram interessados nas possibilidades advindas do convênio.

Sugestões podem ser enviadas pelo e-mail: **imprensa@rtve.org.br**

COMUNIDADE PERGUNTA

Quando a UFG terá sinalização suficiente em suas vias e prédios e também mais lixeiras pelo Câmpus?

Pedro Henrique Ribeiro da Silva
3º período do curso de
Publicidade e Propaganda

Marco Antônio Oliveira
Diretor do Centro de Gestão do
Espaço Físico (Cegef/UFG)

Quanto à sinalização das vias, temos duas situações: a sinalização viária indicativa de trânsito e a sinalização indicativa dos edifícios. Recentemente, por meio de processo licitatório, contratamos a sinalização de todos os edifícios do Câmpus Samambaia, bem como a do Câmpus Colemar Natal e Silva. Priorizamos a instalação dos tótens de sinalização no Câmpus Samambaia, tendo em vista a 63ª Reunião Anual da SBPC no mês de julho.

Quanto à sinalização de trânsito, foram instaladas placas verticais e horizontais (de piso). No entanto, sabemos da necessidade da complementação dessa sinalização no Câmpus Samambaia para resolver diversos problemas, como estacionar em locais não permitidos e a necessidade de redução de velocidade nas vias internas. Encontra-se em fase de conclusão a sinalização das parcelas dos estacionamentos destinados às pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos.

No que se refere à sinalização nas vias indicativas para os edifícios, ainda não conseguimos suprir a defasagem, mesmo porque continuamos em ritmo de uma grande quantidade de construções de edifícios e quadras. De acordo com o planejamento do Centro de Gestão do Espaço Físico (Cegef), até o final deste ano, quando a maioria dessas construções já estiver pronta, contrataremos um novo padrão de sinalização para facilitar o acesso dos usuários que frequentam o Câmpus. A empresa já iniciou, inclusive, a instalação da estrutura de fixação dessa sinalização próxima aos edifícios, similar aos que já foram instalados nos edifícios da Biblioteca Central e do Centro de Aulas Aroeira, que terá também iluminação interna para a visualização noturna.

Quanto às lixeiras, temos uma situação particular na área interna do anel viário do Câmpus Samambaia que é a presença dos macacos. As lixeiras foram retiradas há algum tempo para definição de um novo protótipo que não permita o acesso dos macacos aos restos de alimentos que são descartados e que podem prejudicar a saúde dos mesmos. Não é um tipo de lixeira que existe no mercado, por isso foi designada uma comissão formada por professores especialistas para definição da melhor solução. No entanto, estamos cientes da necessidade de dispor mais lixeiras nas áreas externas, sob pena de comprometer a limpeza no Câmpus. Aliado a isso, está em vigor a separação e a coleta de materiais orgânicos, que são levados dos containeres pelo caminhão da Comurg para o aterro sanitário. Da mesma forma, os materiais recicláveis são separados e recolhidos por Cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Servidor dá nome ao Museu de Morfologia

O servidor técnico-administrativo Arlindo Coelho de Souza atuou na Universidade Federal de Goiás (UFG) por 31 anos. Durante esse período, cuidava do Departamento de Morfologia (Dmorf) do ICB. Por vinte anos, desde 1975, o Dmorf tinha apenas uma coleção de esqueletos que eram montados e mantidos por Arlindo Souza. O professor de Morfologia, Paulo César Moreira informa que em 1995 os integrantes do departamento decidiram criar e institucionalizar o Museu de Morfologia.

Em 2010, o museu foi regulamentado como parte integrante do Dmorf – ICB, e ainda de acordo com o professor Paulo César Moreira, o nome de Arlindo Souza foi escolhido para homenagear o servidor que sempre cuidou do museu e contribuiu para seu crescimento e sua consolidação.

No mês de maio, em uma solenidade, que contou com a presença do reitor Edward Madureira Brasil, de docentes do ICB, do curador do museu, João Roberto da Mata, houve o descerramento da placa do Museu Comunitário de Ciências Morfológicas Arlindo Coelho de Souza. Segundo o diretor do ICB, Cirano Ulhôa, a cerimônia resgata uma tradição da unidade em homenagear os colegas que contribuíram para a construção do instituto. Arlindo Coelho de Souza é casado e aposentou-se em meados de 2005.

Reuben Lago

ARTIGO

O Código Florestal e a produção de água no Cerrado

Sybelle Barreira*

A Lei n. 4.771, conhecida como Código Florestal, em vigência desde 1965, já previa a proteção de áreas como margens de cursos d'água, topos de morros, chamadas Áreas de Preservação Permanente (APP). Nos termos da Resolução Conama n. 302, de 20 de março de 2002, a APP tem a "função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas".

As APPs em margens de cursos d'água têm seus limites estabelecidas na lei vigente, que estabelece 30 metros para aqueles com menos de dez metros de largura; 50 metros para os cursos d'água que tenham de dez a 50 metros de largura; 100 metros para os que tenham de 50 a 200 metros de largura; 200 metros para os cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros de largura, e de 500 metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros.

A reformulação do Código Florestal (embora ainda não aprovada definitivamente) também prevê a proteção dessas áreas, mas em condições diferentes. As dimensões das mesmas, no entanto a utilização das APPs (o que não era permitido na versão anterior da lei), na nova proposta será permitida, desde que ocupadas com culturas agrícolas consolidadas, a exemplo da maçã e da uva.

Os prejuízos dessa utilização, entre outros pontos, foi objeto de discussões promovidas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), que consideram as APPs como áreas insubstituíveis e parte fundamental do planejamento agrícola conservacionista das propriedades. A zona ripária, além de abrigar biodiversidade com seu provimento de serviços ambientais, os solos úmidos e sua vegetação nas zonas de influência de rios e lagos são ecossistemas de reconhecida importância na atenuação de cheias e vazantes, na redução da erosão superficial, no condicionamento da qualidade da água e na manutenção de canais pela proteção de margens e redução do assoreamento.

Para qualquer bioma são inúmeras as consequências da ausência de APPs, redução destas áreas ou outras alterações introduzidas, pois sua função principal é a de preservar os recursos hídricos. No entanto, para o Cerrado as consequências podem ser extremamente danosas, já que este contribui para a produção hídrica de seis das oito grandes bacias brasileiras, tais como as bacias hidrográficas Araguaia/Tocantins, Paraná/Paraguai e a do São Francisco, desempenhando papel fundamental na distribuição da água pelo país.

Para que o Cerrado cumpra este papel e para a manutenção dos processos de produção é fundamental a adequada gestão dos solos e dos recursos hídricos e a preservação das nascentes por meio das APPs, segundo Jorge Werneck Lima, da Embrapa Cerrados.

Sendo assim, quaisquer alterações no Código Florestal devem ter como pilar dois artigos da Declaração Universal dos Direitos da Água: "...o futuro do planeta depende da preservação da água e de seus ciclos (art. 4)" e "...a gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social (art. 9)".

** Professora da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA) da Universidade Federal de Goiás*

CAI
Coordenadoria de Assuntos Internacionais

Estudantes preparam-se para mobilidade internacional

No mês de junho os estudantes selecionados para mobilidade internacional nas instituições parceiras da UFG intensificaram os preparativos para a saída do país. No semestre que terá início em agosto/setembro de 2011, 49 estudantes realizarão graduação sanduíche no exterior, por meio dos vários programas em que a UFG está inserida, e cerca de 80% deles terão bolsa integral ou parcial para custear os estudos nas instituições estrangeiras. De acordo com a coordenadora de Assuntos Internacionais, Ofir Bergemann de Aguiar, os destinos prioritários são Portugal, Estados Unidos e França, localidades mais solicitadas em virtude dos vários programas e projetos existentes. Com a entrada da UFG na Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) três estudantes serão encaminhados para a Argentina.

O estudante da Faculdade de Letras, Pedro Celestino Ferreira Lobo terá a oportunidade de participar do curso de língua e cultura italiana na Universidade para Estrangeiros de Perugia, na Itália, com bolsa fornecida pela instituição de destino. Outras quatro estudantes do curso de Medicina Veterinária estarão fora do país para a realização de estágios no exterior. Ana Karoline dos Santos Pinto está a caminho da Universidade de Múrcia, na Espanha. Alana Maria Menezes di Calaça, Bianca Libanori Artiaga e Érika Korzune Ganda realizarão estágio na Universidade da Florida, nos Estados Unidos.

Curso de Artes Visuais recebe visitante dos Estados Unidos

Fotos: Jaqueline Teles

A Faculdade de Artes Visuais (FAV) recebeu entre 13 e 25 de junho a visita da chefe do departamento de Design Gráfico da Universidade de Montevallo, Alabama professora Min Sun Lee, dentro do programa de intercambio coordenado pelo diretor da Faculdade de Letras da UFG, Francisco Quaresma. A visitante ministrou o curso "Simbologia – Design de Identidade Visual Corporativa" para os alunos do curso de Artes Visuais e Design Gráfico, organizado pela prof. Ciça Fittipaldi e alunos voluntários. De acordo com ela, 33 estudantes foram selecionados para participar do minicurso que ocorreu no laboratório de informática do curso de Arquitetura, no prédio da Biblioteca Central.

Professor de música da Marshall University na UFG

Visitou a UFG o professor e músico Bem Miller, da Marshall University, dos Estados Unidos, em virtude do programa celebrado pelo convênio Capes/Fipse, de cooperação mútua para intercâmbio entre acadêmicos do Brasil e Estados Unidos. De acordo com o coordenador brasileiro do programa, professor Eduardo Meirinhos, o objetivo da visita de Bem Miller é acompanhar o desempenho dos intercambistas estrangeiros que estão na UFG. Na oportunidade, ele também deve conhecer os estudantes da UFG que irão para os Estados Unidos no próximo semestre. No ano de 2010, seis estudantes brasileiros e quatro estadunidenses participaram do programa. Para 2011, estão previstos mais cinco participantes estadunidenses e seis brasileiros.

Atividades do Núcleo de Estudos Canadenses em 2011/2

O Núcleo de Estudos Canadenses, por meio de um convênio entre a Universidade Federal de Goiás e a embaixada do Canadá, mantém uma parceria com o objetivo de estimular o intercâmbio entre canadenses e brasileiros nas áreas cultural, acadêmica e científica. Em junho a coordenação do núcleo anunciou outras atividades para o segundo semestre de 2011. Todas as atividades são abertas para acadêmicos e a comunidade em geral, com tradução e interpretação consecutivas das atividades do evento. Coloque na agenda:

Iº Seminário LSQ/LIBRAS – Línguas de sinais no Canadá francês e no Brasil: integração social e pleno exercício da democracia.

Data: 14, 15 e 16 de setembro de 2011

Presença confirmada: Professora Anne-Marie Parisot, do Departamento de Linguística e de Didática de línguas, da Universidade do Quebec, em Montreal, e diretora do grupo de pesquisa sobre a LSQ e o Bilingüismo Surdo.

Mulher e Participação Política: Brasil e Canadá

Data: 3 e 4 de outubro de 2011

Presença confirmada: Professora Shannon Sampert do departamento de Estudos Políticos da Universidade de Winnipeg.

Para mais informações acesse o NEC/UFG: **www.cai.ufg.br/nec**

Universo de múltiplas identidades

Grupo de docentes e discentes da Faculdade de Letras visitou o município goiano de Estrela do Norte na tentativa de contribuir para o rompimento de preconceitos. Durante a estada da equipe da UFG na cidade, a população revelou também sua realidade

Fotos: Jaqueline Teles

Troca de informação entre estudantes da Faculdade de Letras e a população de Estrela do Norte rendeu curiosidade, sobretudo, aos mais jovens, que tiveram acesso a livros, vídeos e artesanato. Professores Maria Suelí de Aguiar e Sinval Martins de Souza Filho tratam da cultura e da história dos povos indígenas

Patrícia da Veiga

– Quem é o índio?

– É uma pessoa que mora em cidades estranhas, para lá do Amazonas.

– Ele não vive mais aqui.

– É um arquiteto. Alguém que constrói casas.

– Ele fica pelado, vi na televisão.

Estas frases são parte de um diálogo informal gravado pela reportagem do **Jornal UFG** entre crianças de seis a dez anos, no município de Estrela do Norte. A garotada expressou sua visão de mundo na ocasião em que a universidade visitava a cidade pela primeira vez. Especificamente nos dias 6, 7 e 8 de maio, uma equipe composta por 32 pessoas, estudantes e professores da Faculdade de Letras (FL), realizou o projeto de extensão "O índio e a sociedade não-índia".

A atividade consistiu em ministrar palestras, exibir vídeos, expor artesanatos e, enfim, conversar com a população local sobre uma temática que, à primeira vista, não diz respeito ao seu cotidiano. "Muita gente pensa que em Goiás não tem índio ou que quem usa roupa não pode ser índio. Isso tudo é um grande engano", lembrou o professor da FL Israel Elias Trindade. "Os indígenas Tapuio, de Rubiataba, por exemplo, são brasileiros natos, formados por diversas etnias", completou.

Tratado de forma indireta, o preconceito foi o principal tópico das abordagens. "Nossos óculos sociais fazem com que deixemos o outro menor", afirmou o professor Sinval Martins de Sousa Filho, convidado para falar sobre a organização social do povo Xerente (Jê), que habita terras localizadas em Tocantínia (TO).

Desde 1998, o projeto visita os municípios goianos, tendo passado, por exemplo, por Ceres, Hidrolândia e Jardim Paulista. Conforme a professora Maria Suelí de Aguiar, sua idealizadora, a experiência de pesquisa deixou indícios de que, na maioria das vezes, os "estrangeiros" em seu próprio território são os indígenas. "Até os nomes que damos a eles foram imposição. Por isso, o importante é comunicar para evitar discriminação", declarou.

Recepção - Era um sábado seco e quente, típico do norte goiano. Os 2,9 mil habitantes da zona urbana de Estrela do Norte, contabilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2010, saíam vagarosamente de suas residências. Na noite anterior, em comemoração ao dia das mães, houve festa na quadra de esportes da cidade.

Recepção calorosa foi dada à UFG desde a sexta-feira de lua nova. A comunidade escolar, contando com cerca de 40 pessoas envolvidas diretamente, serviu aos visitantes farofa de carne moída com milho, prato principal da festa, e garantiu também a hospedagem. Fez parte da atividade de extensão viver um pouco da vida, dos hábitos e dos horários locais.

A secretária municipal de Educação, Delma Rodrigues, definiu o povo de Estrela do Norte como "acolhedor". No sábado, 7 de maio, o café da manhã foi realizado na Escola Municipal Carlos de Oliveira e Silva. Havia uma fartura para a refeição: pão de queijo, biscoito de queijo, bolo de fubá, biscoito de polvilho (a famosa "peta"), leite, café, suco industrializado, refrigerante etc. Na condição de autoridades locais, para receber oficialmente a UFG, fizeram oração e discurso, respectivamente, o padre responsável pela Paróquia Nossa Senhora Aparecida, Marcélio Fernandes Godoy, e o prefeito, Orcino Braga.

Em seguida, o Centro Cultural foi ocupado. Os professores da UFG proferiram suas falas sobre os indígenas do Brasil Central e, logo a seguir, os alunos do curso de Letras guiaram o público presente durante a visita a um acervo de artefatos, obras de arte indígenas e livros sobre o índio brasileiro. As peças foram cedidas pelo Museu Antropológico da UFG e também pelas professoras Maria Suelí e Lydia Poleck. Cumprindo com a programação, crianças, adolescentes e adultos puderam esclarecer suas dúvidas sobre os indígenas. Para o almoço, também realizado na escola Carlos de Oliveira, foi servida a típica galinhada caipira.

No período da noite, o filme *1492 – A conquista do paraíso*, dirigido por Riddley Scott, cuja temática é a colonização das Américas, foi exibido na quadra de esportes da cidade. Quem ficou até o final acompanhou também um bingo de bicicleta.

No domingo, a equipe da UFG deslocou-se para o povoado de Morro de Campo, localizado na divisa com o município de Formoso. A ideia foi contemplar também parte dos moradores da zona rural. O povoado é pequeno, com apenas sete casas, um bar e uma igreja. É, ainda, o único da redondeza que possui uma escola ativa, com 21 estudantes cursando do 1° ao 5° ano. Durante um almoço realizado por pequenos agricultores, também tendo a galinhada como prato principal, a UFG tentou dialogar. No entanto, domingo na roça é dia de visita aos parentes distantes e, assim, poucos puderam comparecer.

Perfil - Estrela do Norte está localizada na microrregião de Porangatu, ao norte do estado de Goiás. Sua emancipação data de 1958, porém, sua ocupação tem início seis anos antes, com o loteamento da fazenda Pau-a-Pique, organizado por Carlos de Oliveira e Silva e Cândido Alves da Costa – personagens lembrados em escolas, bustos e bancos de praça. Inicialmente chamado de Vargem do Coelho, o município mudou de nome depois que uma pedra no formato de estrela foi localizada perto de um antigo campo de aviação.

Conforme o IBGE, o povoamento de Estrela do Norte foi intensificado nas décadas de 1960 e 1970, com a expansão da fronteira agrícola em Goiás e a migração de famílias oriundas de diversas regiões do país. Atualmente, a retomada da construção da ferrovia Norte – Sul trouxe mais trabalhadores à região. Estrela do Norte é, portanto, desde sua origem, uma cidade de goianos, baianos, cearenses, gaúchos etc.

Também está no histórico de Estrela do Norte e dos outros 25 municípios do norte goiano a violenta colonização do ciclo do ouro (séculos XVII e XVIII), bem como a extinção do índio pelo não-índio. Os Avá Canoeiro, povo que resiste na localidade, entre Porangatu, território goiano, e o estado de Tocantins, são a única e vaga lembrança dos habitantes da região.

A economia de Estrela do Norte é basicamente sustentada por serviços, funcionalismo público e comércio. Há três fábricas de cerâmica ativas na cidade. Na zona rural, os pouco mais de 900 habitantes sobrevivem da pecuária e da venda de leite. No entanto, essa atividade está cada vez mais escassa, pois o único laticínio da região decretou falência.

Estrela do Norte vem passando, desde 2004, por uma fase de êxodo e, também, por uma queda no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme apontam recentes estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU). Para a professora Lucilene Cardoso, vice-diretora do Colégio Estadual Valdomiro Lopes Rezende, o que falta no município é infraestrutura para a educação, bem como uma escola de tempo integral. "Nossos jovens precisam de mais atenção". Na zona urbana, há três instituições de ensino municipais e duas estaduais. Já na zona rural, seis das sete escolas que havia entre Mutunópolis, Mara Rosa, Formoso e Estrela do Norte foram fechadas recentemente.